DEMONSTRATIVOS E PARECERES

2013

celpos

Demonstrativos e Pareceres

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013	2012 (Reapresentado)
DISPONÍVEL		213	742
REALIZÁVEL		775.579	756.224
Gestão previdencial	4	140.826	147.091
Gestão administrativa	5	692	1.013
INVESTIMENTOS	6	634.055	608.120
Créditos privados e depósitos		3.570	21.879
Ações		8.334	8.334
Fundos de investimento		568.209	534.205
Investimentos imobiliários		36.687	26.413
Empréstimos		17.255	17.289
PERMANENTE		179	162
Imobilizado	7	179	162
GESTÃO ASSISTENCIAL	8	270	269

Passivo	Nota	2013	2012 (Reapresentado)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	9	2.144	2.801
Gestão previdencial		1.194	1.873
Gestão administrativa		727	693
Investimentos		223	235
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	10	2.418	1.868
Gestão previdencial		2.418	1.868
PATRIMÔNIO SOCIAL		771.409	752.459
Patrimônio de cobertura do plano	11	753.338	737.282
Provisões matemáticas		787.502	768.270
Benefícios concedidos		609.065	600.235
Benefícios a conceder		178.437	168.035
Equilíbrio técnico		(34.114)	(30.988)
(-) Déficit técnico acumulado		(34.114)	(30.988)
Fundos	12	18.021	15.177
Fundos previdenciais		6.037	4.807
Fundos administrativos		6.037	5.994
Fundos dos investimentos		5.327	4.376
GESTÃO ASSISTENCIAL		270	269

TOTAL DO ATIVO	**776.241**	**757.397**	**TOTAL DO PASSIVO**	**776.241**	**757.397**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012 (Reapresentado)	Variação (%)
PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	752.459	704.094	7
Adições	107.300	134.935	(20)
Contribuições previdenciais	53.003	54.414	(3)
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	48.797	75.422	(35)
Receitas administrativas	4.112	3.868	6
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	437	398	10
Constituição de fundos de investimentos	951	833	14
Destinações	(88.350)	(86.570)	2
Benefícios	(83.911)	(82.216)	2
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(554)	(549)	1
Despesas administrativas	(3.885)	(3.805)	2
Acréscimo/decréscimo no patrimônio social	18.950	48.365	(61)
Provisões matemáticas	19.232	48.365	(60)
Fundos previdenciais	1.229	1.657	(26)
Fundos administrativos	664	461	44
Fundos dos investimentos	951	833	14
Superávit (déficit) técnico do exercício	(3.126)	(2.951)	6
PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO	771.409	752.459	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Variação (%)
FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.994	5.532	8
Custeio da gestão administrativa	4.549	4.267	7
Receitas	4.549	4.267	7
Custeio administrativo da gestão previdencial	2.936	2.744	7
Custeio administrativo dos investimentos	1.007	956	5
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	169	162	4
Resultado positivo dos investimentos	437	399	10
Outras receitas	-	6	(100)
Despesas administrativas	(3.886)	(3.805)	2
Administração previdencial	(2.032)	(1.975)	3
Pessoal e encargos	(836)	(760)	10
Treinamentos/congressos e seminários	(24)	(15)	60
Viagens e estadias	(83)	(66)	26
Serviços de terceiros	(571)	(585)	(2)
Despesas gerais	(495)	(525)	(6)
Depreciações e amortizações	(23)	(24)	(4)
Administração dos investimentos	(1.854)	(1.830)	1
Pessoal e encargos	(793)	(716)	11
Treinamentos/congressos e seminários	(20)	(21)	(5)
Viagens e estadias	(104)	(100)	4
Serviços de terceiros	(464)	(525)	(12)
Despesas gerais	(449)	(444)	1
Depreciações e amortizações	(24)	(24)	-
Sobra (insuficiência) da gestão administrativa	663	462	44
Constituição (reversão) do fundo adminstrativo	663	462	44
FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL	6.657	5.994	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS - BENEFÍCIO DEFINIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012 (Reapresentado)	Variação (%)
ATIVOS	668.802	656.515	2
Disponível	69	520	(87)
Recebível	142.910	148.578	(4)
INVESTIMENTO	525.823	507.417	4
Créditos privados e depósitos	2.471	20.841	(88)
Ações	8.334	8.334	-
Fundos de investimento	464.812	438.303	6
Investimentos imobiliários	36.687	26.413	39
Empréstimos	13.519	13.526	(0)
OBRIGAÇÕES	3.587	3.755	(4)
Operacional	1.168	1.887	(38)
Contingencial	2.419	1.868	29
FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	7.420	6.692	11
Fundos administrativos	3.019	3.019	-
Fundos dos investimentos	4.401	3.673	20
ATIVO LÍQUIDO	657.795	646.068	2
Provisões matemáticas	691.909	677.056	2
Superávit (déficit) técnico	(34.114)	(30.988)	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - BENEFÍCIO DEFINIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Variação (%)
ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	646.068	616.067	5
Adições	82.180	97.313	(16)
Contribuições	36.707	35.116	5
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	45.473	62.197	(27)
Destinações	(70.453)	(67.312)	5
Benefícios	(68.294)	(65.141)	5
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(554)	(549)	1
Custeio administrativo	(1.605)	(1.622)	(1)
Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido	11.727	30.001	(61)
Provisões matemáticas	14.852	(32.952)	(55)
Superávit (déficit) técnico do exercício	(3.125)	(2.951)	6
ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO	657.795	646.068	2
FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	7.420	6.692	11
Fundos administrativos	3.019	3.019	-
Fundos dos investimentos	4.401	3.673	20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Variação (%)
ATIVOS	106.442	99.920	7
Disponível	88	205	(57)
Recebível	4.576	4.507	2
INVESTIMENTO	101.778	95.208	7
Créditos privados e depósitos	1.099	1.038	6
Fundos de investimento	96.944	90.407	7
Empréstimos	3.735	3.763	(1)
OBRIGAÇÕES	249	222	12
Operacional	249	222	12
FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	4.563	3.677	24
Fundos administrativos	3.638	2.974	22
Fundos dos investimentos	925	703	32
ATIVO LÍQUIDO	101.630	96.021	6
Provisões matemáticas	95.593	91.214	5
Fundos previdenciais	6.037	4.807	26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Variação (%)
ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	96.021	78.951	22
Adições	22.557	35.267	(36)
Contribuições	19.232	22.041	(13)
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	3.325	13.226	(75)
Destinações	(16.948)	(18.197)	(7)
Benefícios	(15.617)	(17.075)	(9)
Custeio administrativo	(1.331)	(1.122)	19
Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido	5.608	17.070	(67)
Provisões matemáticas	4.379	15.158	(71)
Fundos previdenciais	1.229	1.912	(36)
ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO	101.629	96.021	6
FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	4.563	3.677	24
Fundos administrativos	3.638	2.974	22
Fundos dos investimentos	925	703	32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - BENEFÍCIO DEFINIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Variação (%)
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	665.782	653.496	2
Provisões matemáticas	691.909	677.056	2
Benefícios concedidos	597.877	589.916	1
Benefício definido	597.877	589.916	1
Benefício a conceder	94.032	87.140	8
Benefício definido	94.032	87.140	8
Equilíbrio técnico	(34.114)	(30.988)	10
Resultados realizados	(34.114)	(30.988)	10
(-) Déficit técnico acumulado	(34.114)	(30.988)	10
Fundos	4.401	3.673	20
Fundos de investimento	4.401	3.673	20
Exigível operacional	1.168	1.887	(38)
Gestão previdencial	947	1.653	(43)
Gestão dos investimentos	221	234	(6)
Exigível contingencial	2.418	1.868	29
Gestão previdencial	2.418	1.868	29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIO - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS	102.804	96.946	6
Provisões matemáticas	95.593	91.213	5
Benefícios concedidos	11.188	10.319	8
Contribuição definida	11.188	10.319	8
Benefício a conceder	84.405	80.894	4
Contribuição definida	84.405	80.894	4
Saldo de contas - Parcela patrocinador(es)	47.965	46.645	3
Saldo de contas - Parcela participantes	36.440	34.249	6
Fundos	6.962	5.511	26
Fundos previdenciais	6.037	4.808	26
Outros - previsto em nota técnica atuarial	6.037	4.808	
Fundos previdenciais	925	703	32
Exigível operacional	249	222	12
Gestão previdencial	247	220	12
Gestão dos investimentos	2	2	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demostrações financeiras

Demostrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS (“CELPOS” e ou “Entidade”) é uma Entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, localizada à Rua João Fernandes Vieira, 190, Boa Vista, Recife-PE, constituída sob a forma de fundação, por prazo indeterminado, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por meio da Portaria n° 2.376 de 19 de janeiro de 1981, publicada no DOU de 21 de janeiro de 1981.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil, estando disciplinada pela Lei Complementar n° 109/2001, e alterações posteriores.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como principal finalidade suplementar, para os empregados da Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE e seus próprios empregados, os benefícios a que têm direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS, tais como: suplementação de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço, por idade e especial, benefício proporcional diferido, suplementação de pensão por morte, suplementação de abono anual, suplementação de auxílio-reclusão, suplementação de auxílio-doença resultante de acidentes do trabalho, ampliação de auxílio-funeral e ampliação de auxílio-natalidade, de acordo com os Regulamentos dos seus Planos de Benefícios.

Quando de sua constituição, a Entidade adotou a modalidade de plano de Benefício Definido - BD. Em maio de 2006, a Entidade instituiu um novo plano de benefícios previdenciários na modalidade Contribuição Definida - CD (Plano Misto I de Benefícios), tendo o seu regulamento sido aprovado em 29 de novembro de 2005 pelo Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), por meio da Secretaria de Previdência Complementar - SPC atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Quando da aprovação do novo regulamento, a Entidade passou a condição multipatrocinada, tendo a Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE na qualidade de patrocinadora instituidora e a própria Entidade na qualidade de única patrocinadora solidária da CELPE.

Os recursos de que a Entidade dispõe para cumprir seu principal objetivo são oriundos:
• Das contribuições de suas patrocinadoras, a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE e a própria Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS. Nos exercícios de 2013 e 2012, a patrocinadora contribuiu mensalmente pela paridade contributiva para os benefícios programados, isto é, para cada real contribuído pelos participantes (ativos e assistidos) a patrocinadora contribuiu com igual valor, para o Plano BD. Para o Plano CELPOS CD, além da contribuição previdenciária, a patrocinadora também contribuiu com o Custeio Administrativo e o Fundo de Risco;

• Das contribuições de seus participantes, onde os participantes ativos, autopatrocinados e assistidos contribuem com percentuais sobre os salários e suplementações em forma de cascata, que iniciam em 3,74% até 44,58% para contribuição normal, resultando em uma contribuição média de 13,04% para ativos e autopatrocinados e de 13,37% para os assistidos do plano BD. Para o CELPOS CD os participantes ativos e autopatrocinados contribuem com os percentuais variando de 50%, 70%, 80%, 90% e 100% do valor base de sua contribuição; e

• Dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que obedecem ao disposto nas Resoluções n° 3.792 de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.
A Entidade aplica a totalidade de seus recursos dentro do país e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

As patrocinadoras são responsáveis pelo processamento da folha de pagamento dos participantes ativos, base para o recebimento das contribuições, e pela atualização do cadastro de participantes, que alimenta os cálculos atuariais para determinação das reservas matemáticas da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2013, a Entidade possuía um total de 4.914 (4.918 em 2012) participantes, conforme demonstrado a seguir:

Plano	Participantes Ativos		Participantes Assistidos		Pensionistas		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Benefício definido	548	599	2.280	2.290	860	833	3.688	3.722
Contribuição definida	1.181	1.158	41	35	4	3	1.226	1.196
	1.729	1.757	2.321	2.325	864	836	4.914	4.918

No Demonstrativo Atuarial - DA, a quantidade de participantes refere-se a outubro de 2013, mês base para avaliação atuarial.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades autorizadas e reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011 e pela Instrução PREVIC nº 6, de 13 de novembro de 2013, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração de resultado e fluxos de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

Apresentação das demonstrações financeiras

O Conselho Nacional de Previdência Complementar, por meio da Resolução CNPC nº 12, efetuou a substituição da demonstração das obrigações atuariais do plano de benefícios (DOAP) pela demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios (DPT). Os ajustes para a adequação da apresentação dos saldos da DOAP para a DPT, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão apresentados abaixo:

Plano BD	Saldo originalmente apresentado	Ajustes	Saldo reapresentado
Provisões técnicas	646.068	7.428	653.496
Provisões matemáticas	677.056	-	677.056
Benefícios concedidos	589.916	-	589.916
Benefício definido	589.916	-	589.916
Benefício a conceder	87.140	-	87.140
Benefício definido	87.140	-	87.140
Equilíbrio técnico	(30.988)	-	(30.988)
Déficit técnico acumulado	(30.988)	-	(30.988)
Fundos	-	3.673	3.673
Fundos dos investimentos - gestão previdencial	-	3.673	3.673
Exigível operacional	-	1.887	1.887
Gestão previdencial	-	1.653	1.653
Investimentos - gestão previdencial	-	234	234
Exigível contingencial	-	1.868	1.868
Gestão previdencial	-	1.868	1.868

Plano CD	Saldo originalmente apresentado	Ajustes	Saldo reapresentado
Provisões técnicas	91.213	5.733	96.946
Provisões matemáticas	91.213	-	91.213
Benefícios concedidos	10.319	-	10.319
Contribuição definida	10.319	-	10.319
Benefício a conceder	80.894	-	80.894
Contribuição definida	80.894	-	80.894
Saldo de contas - parcela patrocinador (es)	46.645	-	46.645
Saldo de contas - parcela participantes	34.249	-	34.249
Fundos	-	5.511	5.511
Fundos previdenciais	-	4.808	4.808
Fundos dos investimentos - gestão previdencial	-	703	703
Exigível operacional	-	222	222
Gestão previdencial	-	220	220
Investimentos - gestão previdencial	-	2	2

As demonstrações financeiras são apresentadas segregadas em 4 (quatro) sistemas de gestão distintos, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, quais sejam:

• **Gestão previdencial** - Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.
• **Gestão administrativa** - Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.
• **Gestão assistencial** - Atividade de registro e de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.
• **Fluxo dos investimentos** - Registro e controle referentes à aplicação dos recursos do plano.
A administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 13 de março de 2014.

b. Base de mensuração
As demonstrações financeiras consolidadas e por plano foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros cuja base de mensuração está descrita nas práticas contábeis correspondentes a cada um deles ao longo dessas demonstrações financeiras.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações financeiras consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos
As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2013 e 2012, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

A administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

a. Registro das adições, deduções, receitas, despesas, rendas/variações positivas e deduções/variações negativas
As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime de competência.

b. Reservas matemáticas e fundos da gestão previdencial
São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e pensionistas.

c. Provisões
Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que refletem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(i) Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

• 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
• 50% (cinqüenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
• 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
•100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.
A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

(ii) Provisão de férias e 13° salário e respectivos encargos
Registra as férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13° salários que são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

(iii) Provisão para contingências
Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, efetivando o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem e, existindo depósito judicial este deve ser registrado no ativo realizável em decorrência da alteração determinada na Instrução MPS-PREVIC n° 5, de 8 de setembro de 2011.

(iv) Provisões matemáticas
As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, por e sob a responsabilidade do atuário contratado pela Entidade, e correspondem aos compromissos acumulados no encerramento do exercício, segregados por plano de benefício assegurado aos participantes ou aos seus beneficiários na forma prescrita no regulamento do Plano de Benefícios.

• **Benefícios concedidos** - Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes e beneficiários já em gozo de benefício.
• **Benefícios a conceder** - Registra o valor presente dos saldos dos benefícios a serem pagos aos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício, avaliado de acordo com a Nota Técnica Atuarial.
d. Ativo realizável - fluxo dos investimentos
A estrutura de gestão dos investimentos é MULTIFUNDO que caracteriza uma gestão totalmente

segregada dos investimentos. Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento das rendas e deduções são os seguintes:

(i) Créditos privados e depósitos/fundos de investimentos de renda fixa e multimercado
Os investimentos estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

De acordo com as novas regras, os administradores dos fundos de pensão podem marcar os títulos pré e pós-fixados e com vencimento superior a 365 dias pelo valor de aquisição, acrescidos da rentabilidade acumulada desde a data da aquisição (marcar pela "curva do papel"). A PREVIC permite que as entidades fechadas de previdência complementar que possuam títulos e valores mobiliários integrantes de suas carteiras próprias e dos fundos de investimentos exclusivos marcados "pela curva do papel", sejam classificados como "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos mantidos na carteira até o vencimento consideram a capacidade financeira da Entidade, atestada em Parecer Atuarial. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pro rata) até o vencimento.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme legislação em vigor.

(ii) Ações e fundos de investimentos de ações
As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.
Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são apurados pelo regime de competência.

A avaliação dos ativos de renda variável deve ser feita utilizando-se a última cotação diária de

fechamento do mercado em que o ativo apresentar maior liquidez, desde que tenha sido negociado pelo menos uma vez nos últimos 90 (noventa) dias.

Na hipótese de ativos sem negociação nos últimos 90 (noventa) dias, o valor do título deverá ser avaliado pelo menor entre os seguintes valores: custo de aquisição; última cotação disponível; último valor patrimonial do título divulgado à CVM; ou valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados esses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado.

(iii) Investimentos imobiliários
Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados ao valor decorrente das reavaliações realizadas. As depreciações das construções são calculadas pelo método linear a taxa de 2% ao ano, considerando o tempo de vida útil remanescente estipulada no laudo de avaliação e sua contrapartida é lançada como despesa nos investimentos.

e. Operações com participantes
Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos concedidos pela Entidade deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização destes créditos.
Empréstimos de ordem pessoal
Em atendimento aos Normativos Legais e decisões internas atualizadas em junho de 2009, a carteira de empréstimos aos participantes é indexada pela rentabilidade da poupança, acrescida de 1% ao mês, e de acordo com a Política de Investimentos da Entidade, a carteira deve no mínimo alcançar a meta atuarial (INPC + 5,5% a.a.).

Os pagamentos dos empréstimos podem ser efetuados em até 48 meses, podendo ser concedidos para os ativos, autopatrocinados, assistidos e pensionistas, participantes dos Planos BD e CD.

f. Imobilizado - (Permanente)
Estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação calculada pelo método linear estabelecido em função do tempo de vida útil às seguintes taxas anuais: 10% para instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para computadores e periféricos e licença de uso.

g. Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução MPS/CNPC nº8 de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reembolsos (Assistenciais) administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza os seguintes critérios:

• **Receitas** - Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
• **Despesas específicas** - Alocadas diretamente ao plano que as originou;
• **Despesas comuns** - Utilização de critério de rateio que leva em consideração a ponderação entre o número de participantes e assistidos e a mão-de-obra dedicada a cada plano previdencial, que é base para apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns;

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

4 Realizável da gestão previdencial

A gestão previdencial em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está composta conforme discriminado a seguir:

	2013	2012
Contribuições do mês - Patrocinador (a)	1.985	2.011
Contribuições do mês - Participantes (b)	659	993
Contribuições contratadas - Patrocinador (c)	137.287	143.029
Outros recursos a receber	431	648
Adiantamentos	15	11
Custeio administrativo antecipado	6	-
Depósitos judiciais/recursais	332	292
Outros realizáveis	113	107
	140.828	147.091

(a) Contribuições contratadas - patrocinador: Decorre de um contrato de dívida referente à descobertura das Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder do Plano de Benefícios Definidos - BD, celebrado em 19 de setembro de 2001, com prazos renegociados em 13 de junho de 2003 no valor de R$ 62.357, cujo valor está sendo amortizado em 192 parcelas mensais, desde 26 de janeiro de 2008 sendo a última parcela com vencimento previsto em 26 de dezembro de 2023. Este contrato é atualizado mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do IBGE, acrescidos de juros efetivos equivalentes a 6% ao ano. A garantia da dívida encontra-se prevista na cláusula oitava do instrumento contratual, autorizando a instituição financeira interveniente a transferir os recursos disponíveis nas contas bancárias da Patrocinadora em favor da Entidade, em havendo qualquer atraso no pagamento.
Comparativo dos saldos de valores contratados:

	2013	2012
Saldo no início do exercício	143.029	147.262
Parcela paga no exercício	(21.709)	(21.134)
Atualização	15.966	16.901
Saldo no final do exercício	137.286	143.029

5 Realizável da gestão administrativa (PGA)

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

	2013	2012
Contribuições para custeio - Patrocinador	222	298
Contribuições para custeio - Participantes	86	145
Responsabilidade de empregados	26	27
Responsabilidade de terceiros	55	38
Outros recursos a receber	237	75
Despesas antecipadas	10	1
Outros realizáveis – Impostos a recuperar	54	54
Outros realizáveis - Valores a receber transferidos	6	375
	696	1.013

6 Realizável dos investimentos - (Planos Previdenciais e PGA)

É composto pelos grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são apresentados a seguir:

	2013	2012
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO		
Créditos privados e depósitos		
Companhias abertas		
Gafisa S.A.	3.570	3.370
Total de créditos privados e depósitos	3.570	3.370
Ações		
Outros Emissores		

Shopping Center Tacaruna S.A	8.334	8.334
Total de ações	8.334	8.334
Fundos de investimento		
Renda fixa		
HSBC FI RF ALM BD	6.800	16.980
BB Institucional Federal	6.453	5.495
Ações		
Ennesa FIA	9.322	9.324
Fator Sinergia IV	7.449	8.383
HSBC Celpos Calhetas FIA	46.005	35.929
Itaú RPI Ações IBOVESPA Ativo FI	-	2.430
Mellon Capibaribe FIA	17.925	34.256
Mellon Income FIA	-	4.460
Sul América Expertise F I A	7.093	6.642
Sul América Expertise II FIA	4.519	-
Multimercado		
Santander FI Eletron Multimercado	-	65.684
Amaraji Celpos Multimercado Previdenciário	75.662	70.168
BB Itamaraca FIM LP	-	17.769
Olinda Celpos BD FIM	36.018	-
Gravatá Celpos BD FIM	37.072	-
Participações		
Rio Bravo Energia I FIP	4.039	2.534
Imobiliário		
Panamby	3.181	6.114
Geo Guararapes	179	167

Shopping Guararapes	1.198	1.198
Total de fundos de investimento	262.915	287.533
Total de títulos para negociação	**274.819**	**299.237**
Títulos mantidos até o vencimento	**2013**	**2012**
Créditos Privados e Depósitos		
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A.	-	18.509
Total de créditos privados e depósitos	-	18.509
Fundos de Investimentos	305.294	
Renda Fixa		
HSBC FI RF ALM BD	305.294	246.672
Total de fundos de investimento	305.294	246.672
Total de títulos mantidos até o vencimento	305.294	265.181
	2013	**2012**
Investimentos imobiliários		
Aluguéis e rendas	36.656	26.388
Outros investimentos imobiliários	31	25
Total de investimentos imobiliários	**36.687**	26.413
Operações com participantes - Empréstimos	17.255	17.289
Total de investimento	634.055	608.120

Abaixo são apresentados os fatos relevantes ocorridos no exercício de 2013 para os investimentos:

• Finalizamos o processo de integralização de capital do Fundo Rio Bravo Energia I - FIP, houve 07 chamadas de capital, totalizando o investimento no valor de R$ 1.500. O montante comprometido foi de R$ 4.000.

• Em janeiro de 2013 foi aprovado o resgate total do Fundo FIA Celpos Calhetas e o recurso foi transferido para o Fundo Exclusivo - FIC Celpos RECIFE.
• Em abril de 2013 foi aprovado o resgate total do Fundo BB Itamaracá e o recurso foi transferido para o HSBC RENDA FIXA ALM BD.
• Em julho de 2013 foi aprovado a estratégia de diversificação da renda variável tendo sido resgatado do Fundo BNY Mellon Capibaribe R$ 5.000 e alocado o recurso no Fundo Sul América Expertise II.
• Em setembro de 2013 foi aprovado resgate total do Fundo Eletron e o recurso transferido para os Fundos Gravatá Celpos CD e Olinda Plano BD.
• Foi aprovadaw a segregação da Administração e Gestão dos fundos exclusivos da Celpos, o processo foi executado no decorrer do referido ano em virtude de adequação as exigências legais da CVM, Resolução CMN 3.792 e Política de Investimentos.

Plano BD
Em janeiro de 2013 teve início a gestão do Fundo de Investimento em cotas - FIC RECIFE Celpos.

Em abril de 2013 foi aprovado no Fundo Panamby a constituição de provisão sobre a parcela do contas a receber referente à venda dos terrenos efetuada à Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário, tendo em vista o não prosseguimento do processo de aprovação, junto à Prefeitura de São Paulo. Os terrenos permanecerão contabilizados pelo seu custo de aquisição, nos termos da Instrução 516 da CVM, até que, efetivamente, um novo processo de licenciamento do projeto seja restabelecido. Por este motivo houve uma redução da cota do Fundo.

Em Julho de 2013 foi realizado aporte no Fundo SulAmérica Expertise II.

Em agosto de 2013 teve início a gestão dos Fundos de Investimento Olinda Celpos BD. Além disso, também ocorreu resgate total da Debênture do BNDESPar, o recurso foi alocado no Fundo HSBC ALM BD.

No decorrer do ano visando atender o estudo do Fluxo das Obrigações "ALM - Asset Liability Management" foram efetuadas diversas movimentações no fundo HSBC ALM BD, comprando e trocando títulos públicos em principal NTN-B com precificação na curva do papel.

Plano CELPOS CD

Em janeiro de 2013 teve início a gestão dos Fundos de Investimentos em cotas - FIC RECIFE Celpos e Gravatá Celpos CD.

Em atendimento ao artigo 8°, da Resolução CGPC n° 04, de 30 de janeiro de 2002 a composição dos títulos está assim demonstrada em 31 de dezembro de 2013:

a. Título para negociação

	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado Plano BD	Valor de mercado Celpos CD	Valor de mercado PGA	Vencimento
HSBC FI RF ALM BD							
Títulos Públicos							
Notas do Tesouro Nacional-Série B	996	2.441	2.337	2.337	-	-	2014 a 2035
Letras Financeiras do Tesouro	548	3.122	3.231	3.231	-	-	2014 a 2015
Operações Compromissadas LTN - O	1.036	1.010	1.010	1.010	-	-	2014
Títulos Privados					-	-	
Debêntures	200	200	229	229	-	-	2019
Contas a pagar/receber		-	(7)	(7)	-	-	
Sub Total		**6.773**	**6.800**	**6.800**	-	-	
Olinda Celpos BD FIM							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	140	805	825	825	-	-	2015
Letras do Tesouro Nacional	15.900	11.993	12.073	12.073	-	-	2015 a 2017
Notas do Tesouro Nacional-Série B	614	1.478	1.492	1.492	-	-	2014 a 2015
Operações Compromissadas LTN-O	10.690	10.421	10.425	10.425	-	-	2014
Títulos Privados							
Debêntures	632	1.546	1.567	1.567	-	-	2015 a 2022
Letras Financeiras Subordinada	2	667	689	689	-	-	2022
Cotas de fundo de Investimentos	1.277.818	-	8.933	8.933	-	-	
Contas a pagar/receber		-	14	14	-	-	
Sub Total		**26.910**	**36.018**	**36.018**	-	-	
Gravatá Celpos CD FIM							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	140	805	825	-	825	-	2015
Letras do Tesouro Nacional	16.000	12.077	12.158	-	12.158	-	2015 a 2017

Continuação - Título para negociação

Notas do Tesouro Nacional - Série B	616	1.482	1.497	-	1.497	-	2014 a 2015
Operações Compromissadas LTN-O	12.115	11.810	11.815	-	11.815	-	2014
Títulos Privados							
Debêntures	635	1.566	1.589	-	1.589	-	2015 a 2022
Letras Financeiras Subordinadas	2	667	689	-	689	-	2022
Cotas de Fundos de Investimentos	1.154.180	-	8.485	-	8.485	-	
Contas a pagar/receber		-	14	-	14	-	
Sub Total		**28.407**	**37.072**	-	**37.072**	-	
Amaraji Celpos Mult. Previdenciário							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	5.700	32.774	33.605	16.007	17.598	-	2014 a 2015
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.633	6.158	6.070	2.891	3.179	-	2014 a 2015
Operações Compromissadas NTN-O	7.590	17.935	17.949	8.550	9.399	-	2014 a 2040
Títulos Privados							
CDB	3.407	3.746	5.450	2.596	2.854	-	2016
Debêntures	58.931	10.036	10.908	5.196	5.712	-	2016 a 2025
Letras Financeiras Subordinadas	2	600	698	332	366	-	2022
Cotas de Fundos de Investimentos	1.073.325	-	963	459	504	-	
Contas a pagar/Receber		-	19	9	10	-	
Sub Total		**71.249**	**75.662**	**36.040**	**39.622**	-	
Recife Celpos FIC FIA							
Títulos Públicos							
Cotas de Fundos de Investimentos	19.289.895	-	46.004	35.545	10.459	-	
Contas a Pagar/ Receber		-	1	1	-	-	
Sub Total		-	**46.005**	**35.546**	**10.459**	-	
Mellon Capibaribe FIA							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	20	116	118	112	6	-	2014
Notas do Tesouro Nacional - Série B							
Operações Compromissadas LTN-O	962	945	945	902	43	-	2014
Ações	961.796	17.114	17.005	16.240	765	-	
Contas a pagar/receber		-	(143)	(137)	(6)	-	

Subtotal		**18.175**	17.925	17.117	**808**	-	
Carteira própria							
Fundos de investimentos							
BB Institucional Federal		5.746	6.453	-	-	6.453	
Ennesa FIA		2.017	9.322	9.322	-	-	
Fator Sinergia IV		6.475	7.449	4.002	3.447	-	
Sul América Expertise FIA		5.146	7.093	1.556	5.537	-	
Sul América Expertise II FIA		5.000	4.519	4.519	-	-	
Rio Bravo Energia I - FIP		4.000	4.039	4.039	-	-	
FII - Panamby		2.238	3.181	3.181	-	-	
FII - Geo Guararapes		2.548	179	179	-	-	
FII - Shopping Guararapes		3.741	1.198	1.198	-	-	
Sub Total		**36.911**	**43.433**	**27.996**	**8.984**	**6.453**	
Crédito Privado e Depósitos							
Gafisa S.A	2.890	2.911	3.570	2.471	1.099	-	15/10/2016
Sub Total		**2.911**	**3.570**	**2.471**	**1.099**	-	
Ações							
Outros Emissores							
Shopping Center Tacaruna S.A	835	3.814	8.334	8.334	-	-	
Sub Total		**3.814**	**8.334**	**8.334**	-	-	
Total da Carteira Própria		**43.636**	**55.337**	**38.801**	**10.083**	**6.453**	
Total dos Títulos para negociação		**195.150**	**274.819**	**170.332**	**98.044**	**6.453**	

Os títulos para negociação estão valorizados a preço de mercado na data do balanço.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros, são adotados os seguintes critérios:

• Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA.
• Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento disponível no último pregão do mês divulgada no relatório da custódia.
• As debêntures são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de

precificação da custódia.

• Os Certificados de Depósito Bancário - CDB são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia.

• Os dividendos e bonificações são reconhecidos no resultado do exercício, a partir da data da publicação da decisão da Assembléia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

b. Títulos mantidos e vencimentos

	Quantidade	Valor de custo	Valor em 31/12/13 Consolidado	Valor em 31/12/13 Plano BD	Valor de Mercado (*)	Vencimento
HSBC FI RF ALM BD						
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.531	3.436	5.776	5.776	6.135	15/05/2015
Notas do Tesouro Nacional - Série B	1.700	3.997	4.160	4.160	4.143	15/08/2016
Notas do Tesouro Nacional - Série B	11.290	22.598	26.543	26.543	26.845	15/08/2020
Notas do Tesouro Nacional - Série B	12.688	16.722	26.222	26.222	29.769	15/08/2024
Notas do Tesouro Nacional - Série B	11.969	25.692	28.776	28.776	27.531	15/08/2030
Notas do Tesouro Nacional - Série B	39.107	59.407	81.369	81.369	88.021	15/05/2035
Notas do Tesouro Nacional - Série B	6.675	15.920	17.079	17.079	15.113	15/08/2040
Notas do Tesouro Nacional- Série B	31.271	51.868	66.078	66.078	69.517	15/05/2045
Notas do Tesouro Nacional - Série B	12.766	32.808	34.499	34.499	28.650	15/08/2050
Subtotal		**232.448**	**290.502**	**290.502**	295.724	
Notas do Tesouro Nacional - Série F	14.933	14.405	14.792	14.792	-	01/01/2023
Sub total		14.405	14.792	14.792	-	
Total- Títulos Públicos		**246.853**	**305.294**	**305.294**	**295.724**	
Total dos Títulos mantidos a vencimento		**246.853**	**305.294**	**305.294**	**295.724**	

(*) PU dos Mercados divulgado pela ANBIMA

Os títulos mantidos até o vencimento estão alocados no Fundo Exclusivo HSBC FI ALM BD, sendo composto por títulos públicos (NTN-B e NTN-F) com vencimento entre 2015 a 2050.

De acordo com o estudo de ALM - Asset Liability Management realizado pela empresa de consultoria RiskOffice, a administração da Entidade decidiu manter as aplicações em, NTN-B e NTN-F em carteira até o vencimento, tendo em vista as suas características - em termos de rentabilidade, superior à meta atuarial (INPC + 5,50% a.a.), risco reduzido (Títulos Públicos Federais) e prazo de vencimento longo e compatível com o fluxo de caixa atuarial.

A Entidade declara possuir capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

c.Composição dos títulos por vencimento

	Plano BD			Plano Celpos CD			Plano PGA			
	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos para negociação										
Créditos privados e depósitos	-	-	2.471	-	-	1.099	-	-	-	3.570
Ações	-	-	8.334	-	-	-	-	-	-	8.334
Fundos de Investimentos	122.203	1.604	35.711	61.277	1.507	34.160	6.453	-	-	262.915
Títulos mantidos até o vencimento										
Fundos de Investimentos	-	-	305.294	-	-	-	-	-	-	305.294
Investimentos imobiliários	36.687	-	-	-	-	-	-	-	-	36.687
		-		-	-	-	-			
Operações com participantes (empréstimos)	-	-	13.519	-	-	3.736	-	-	-	17.255
Total Títulos por vencimento	**158.890**	**1.604**	**365.329**	**61.277**	**1.507**	**38.995**	**6.453**			634.055

Fundos de investimentos exclusivos

A composição dos investimentos realizados em Fundos de Investimentos exclusivos está abaixo demonstrada:

	2013	2012
HSBC FI RF ALM BD		
Títulos para negociação		
Títulos públicos federais		
Notas do Tesouro Nacional - Série C	-	3.238
Nota do Tesouro Nacional - Série B	2.337	-
Letras Financeiras do Tesouro	3.231	-
Operações compromissadas LTN-O	1.010	-
Operações compromissadas NTN-F-O	-	13.744
	6.578	**16.982**
Companhias abertas		
BNDES	229	-
Outros (tesouraria/ contas a pagar e receber)	(7)	(2)
Títulos mantidos até o vencimento		
Títulos Públicos Federais		
Letras do Tesouro Nacional	-	3.107
Notas do Tesouro Nacional - Série B	290.502	231.865
Nota do Tesouro Nacional - Série F	14.792	11.700
	305.294	**246.672**
	312.094	**263.652**
	2013	**2014**
Olinda Celpos BD FIM		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	825	-
Letras do Tesouro Nacional	12.073	-

Notas do Tesouro Nacional - Série B	1.492	-
Operações Compromissadas LTN-O	10.425	-
	24.815	-
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Letras Financeiras Subordinada		-
Banco Itaú	689	
Companhias abertas		-
Andrade Guiterrez Participação S.A	152	-
Sonae Sierra Brasil	386	-
BNDESPAR Participações S.A	308	
SANEPAR	325	
CEMIG	261	
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	135	-
	2.256	-
Cotas Fundos de Investimento		
GAP Inst. FIM	925	-
Claritas Inst. FIM	306	-
Lacan Equílibrio FIM	498	-
Plural Inst. 15 FIC	303	-
Local Institucional	304	-
SulAmérica Excellence	3.088	-
Sul América Inflatie FIRFL	3.509	-
	8.933	-
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	14	
	36.018	
	2013	**2012**
Gravatá Celpos CD FIM		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	825	-

Letra do Tesouro Nacional	12.158	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	1.497	-
Operações Compromissadas LTN-O	11.815	-
	26.295	-
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Letras Financeiras Subordinadas		
Banco Itaú S/A	689	-
Companhias Abertas		
Andrade Gutierrez Participações S.A	152	-
Sonae Sierra Brasil	386	-
BNDESPAR Participações S.A	308	-
SANEPAR	336	-
CEMIG	262	-
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	145	-
	2.278	
Cotas Fundos de Investimento		
GAP Inst. FIM	512	-
Claritas Inst. FIM	305	-
Lacan Equílibrio FIM	498	-
Plural Inst. 15 FIC	303	-
Local Institucional	303	-
SulAmérica Excellence	3.055	-
Sul América Inflatie FIRFL	3.509	-
	8.485	-
Outros (Tesouraria / Contas a pagar e Receber)	14	-
	37.072	
	2013	**2012**
Santander FI Eletron Multimercado		
Títulos para Negociação	-	
Títulos Públicos Federais	-	

Letras Financeiras do Tesouro	-	25.468
Letras do Tesouro Nacional	-	1.033
Notas do Tesouro Nacional -Série B	-	25.049
Operações Compromissadas LTN-O	-	3.109
	-	54.659
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras	-	
Banco Santander S.A.	-	2.515
Banco Votorantim		307
Letras Financeiras		
Banco Itaú S.A	-	2.313
Letras Financeiras Subordinadas	-	
Banco Itaú S.A	-	1.236
Companhia Abertas		
BNDES Participações S.A	-	642
Elektro Eletricidade e Serviços S.A	-	280
Sonae Eletricidade Brasil S.A	-	729
Vale S.A	-	2.991
		11.013
Derivativos		
Mercados Futuros	-	
Outros (Tesouraria/ Contas a pagar e receber)	-	12
		65.684

	2013	2012
Amaraji Celpos Multimercado Previdenciário		
Títulos para negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	33.605	10.994
Letras do Tesouro Nacional	-	1.784
Notas do Tesouro Nacional - Série B	6.070	22.113
Operações Compromissadas NTN-O	17.949	15.296
	57.624	50.187

Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Bradesco S.A	5.450	5.034
Letras Financeiras		
Banco Itaú S.A	-	2.298
Banco Safra S.A	-	4.036
Letras Financeiras Subordindas		
Banco Itaú S.A	**698**	**625**
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A	**1.141**	**1.187**
Brasil Pharma S.A	698	694
Brasil Telecom S.A	1.109	1.219
CEMIG Geração e Transmissão S.A	**1.128**	**1.204**
Companhia de Saneamento Básico do Estado de SP	**1.141**	**1.104**
Campanha Energética do Ceará - COELCE	**1.144**	**1.180**
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	**1.214**	**1.393**
Vale S.A	**552**	**2**
GEMIG Distribuição S/A	2.781	-
	17.056	**19.976**
Cotas Fundos de Investimento		
Votarantim Equity Allocation	963	-
Derivativos		
Outros (Tesouraria/Contas a Pagar e Receber)	19	5
	75.662	**70.168**

	2013	**2012**
BB Itamaracá FIM LP		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	-	10.220
Notas Do Tesouro Nacional - Série B	-	6.863
Operações Compromissadas LFT -O	-	446

	-	17.529
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A	-	238
Outros (Tesouraria/ Contas a Pagar e a Receber)	-	2
	-	17.769

	2013	2012
HSBC Celpos Calhetas FIA (*)		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.648
	-	2.648
Cotas Fundos de Investimentos		
HSBC FIA PASS IBRX	-	33.097
Ibiuna Equities FIA	3.030	-
HSBC FIA Ibovespa	1.870	-
ARX FIA	6.745	-
JGP Institucional FIA	6.170	-
Pollux Ações Institucional I	6.092	-
Squadra Institucional FIA	4.657	-
JGP Explorer Institucional FIA	4.666	-
BTG Pactual Dividendo FIA	3.573	-
BTG Pactual Absoluto Institucional FIA	4.604	-
Quest Ações FIA	4.597	-
	46.004	33.097
Outros (Tesouraria/ Contas a Pagar e Receber)	1	184
	46.005	35.929

	2013	2012
Mellon Capibaribe FIA		
Títulos para negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	118	311
Operações Compromissadas LTN-O	-	1.190

Operações Compromissadas NTN-F-O	945	-
	1.063	**1.501**
Ações		
Nível 1	8.266	15.020
Nível 2	277	-
Novo Mercado	4.427	8.708
Sem clasificação	4.035	8.822
	17.005	32.550
Outros (Tesouraria/ Contas a pagar e receber)	(143)	205
	17.925	**34.256**

Investimentos imobiliários

A composição dos investimentos imobiliários está demonstrada abaixo:

	2013	2012
Investimentos imobiliários		
Aluguéis e rendas		
Terrenos	2.587	2.587
Edificações	5.158	5.158
(-) Depreciação	(958)	(783)
Aluguéis a receber	129	90
Reavaliação	7.343	2.018
Imobilizações em andamento	21	21
Rendas de participações	22.376	17.297
	36.656	26.388
Outros investimentos imobiliários	31	25
	36.687	26.413

Os imóveis pertencem à carteira do Plano BD, sendo compostos por uso próprio, locados a patrocinadores, locados a terceiros, participações em shopping e outros investimentos imobiliários. A precificação está baseada na reavaliação efetuada no exercício de 2013, suportada por laudos técnicos.

A provisão para perda com alienação de imóveis, constituída em virtude de atraso dos pagamentos, corresponde ao saldo de R$ 32 em 2013 (R$ 31 em 2012), a provisão foi constituída com base na rubrica - Direito em Alienações de Investimentos Imobiliários.

Os aportes referentes à segunda expansão do Shopping Center Tacaruna totalizou em 2013 o montante de R$ 5.079.

Empréstimos a Participantes

O resumo das operações com participantes está abaixo demonstrado:

	2013	2012
Plano BD	13.519	13.526
Celpos CD	3.736	3.763
	17.255	**17.289**

Os empréstimos a participantes são remunerados pro rata temporis pela rentabilidade da caderneta de poupança estabelecida para o último dia do mês, acrescida de juros de 1% a. m.

Perfil de Investimento

O Plano CD é distribuído em cinco perfis de investimento com a seguinte composição das reservas em 31 de dezembro de 2013:

PERFIL	Qtde de participantes	Volume de recursos	Rentabilidade
Super Conservador	514	25.035	(%)
Conservador	109	13.540	4,44
Moderado	219	19.868	3,83
Agressivo	175	17.246	3,68
Super Agressivo	209	18.531	3,22
	1.226	**94.219**	**3,42**

7 Permanente (gestão administrativa)

	2013	2012
Custo	405	377
(-) Depreciação	(226)	(215)
	179	**162**

8 Gestão assistencial

	2013	2012
Disponível	91	97
Realizável	179	172
	270	269

Nos registros contábeis, a Gestão Assistencial se mantém apenas em função das ações judiciais e de cobranças do SUS (Sistema Único de Saúde) referente a atendimentos pelo referido sistema, dos participantes do CELPOS SAÚDE, ambos ainda, em trâmite.

9 Exigível operacional

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são assim demonstrados:

Gestão Previdencial

	2013	2012
Benefícios a pagar	193	218
Retenções a recolher	670	601
Recursos antecipados	1	4
Valores a pagar transferidos	17	607
Cobertura das despesas administrativas	313	443
	1.194	1.873

Administrativo

	2013	2012
Contas a pagar		
Pessoal	157	146
Material	7	11
Serviço de terceiros	100	81

Tributos	25	29
Retenções a recolher	30	16
Valores a pagar transferidos	400	401
Repasses	8	9
	727	693

Investimentos

	2013	2012
Ações	-	166
Investimentos imobiliários	6	10
Empréstimos e financiamentos	10	11
Outras exigibilidades	207	48
	223	235

10 Exigível contingencial

A Entidade realizou registro das contingências consubstanciadas em relatórios emitidos pelas consultorias jurídicas. Estes valores correspondem às ações cíveis, trabalhistas e federais, baseada na opinião de seus consultores jurídicos quanto às expectativas de perda. A Entidade mantém provisão em 31 de dezembro de 2013 de R$ 2.418 (R$ 1.868 em 2012).

11 Provisões matemáticas e equilíbrio técnico

Para fins de atendimento da Resolução CGPC N° 18 de 28 de março de 2006, a análise das Hipóteses Atuariais que foram adotadas na avaliação dos Planos de Benefícios Definidos e do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS no encerramento do exercício de 2013, foi apresentada através do relatório atuarial JM/2867/2013 datado de 04 de outubro de 2013, e aprovada pelo Conselho Deliberativo em 09 de outubro de 2013. A seguir demonstramos as hipóteses comparativas 2013 e 2012:

Plano BD	2013	2012
Taxa real anual de juros	5,33%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	Entre 1% e 2%	Entre 1% e 2%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios da Entidade	97,5%	97,5%
Hipóteses sobre rotatividade (ao longo dos próximos 12 meses)	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	qx da AT-2000	qx da AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	$q^{i}_{x} = q_{x}$ da AT-83	$q^{i}_{x} = q_{x}$ da AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Light-fraca	Light-fraca
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva	Família efetiva

Celpos CD	2013	2012
Taxa real anual de juros	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	Não aplicável	Não aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios da Entidade	Não aplicável	Não aplicável
Hipóteses sobre rotatividade (ao longo dos próximos 12 meses)	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	qx da AT-49	qx da AT-49
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Light-média	Light-média
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Não aplicável	Não aplicável

Consolidado	2013	2012 (Reapresentado)
Benefícios concedidos	11.188	10.320
Contribuição definida	11.188	10.320
Benefícios a conceder	84.405	80.894
Contribuição definida	84.405	80.894
Patrimônio de cobertura de planos	95.593	91.214

Plano BD	2013	2012
Benefícios concedidos		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	597.877	589.915
	597.877	589.915

Benefícios a conceder		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	91.548	82.956
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	2.484	4.185
	94.032	87.141
Equilíbrio técnico	(34.114)	(30.988)
Patrimônio de cobertura dos planos	657.795	646.068

A situação financeiro-atuarial, em 31 de dezembro de 2013, do Plano de Benefícios Definidos (BD) vigente na CELPOS, patrocinado pela CELPE, avaliada pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 31 de janeiro de 2006, a novas adesões de participantes face à entrada em vigência do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, bem como avaliada com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da Taxa Real de Juros/Desconto de 5,33% ao ano no lugar da Taxa Real de Juros/Desconto de 5,5% ao ano, e já considerando o ajuste no Plano de Custeio realizado no ano de 2013 que, na posição de 31 de dezembro de 2012, representou reverter um Déficit Técnico Acumulado de R$ 30.988 num Superávit Técnico de R$ 329, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R$ 34.114, equivalente a 5,19% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R$ 657.795.

Durante o exercício de 2013, a rentabilidade nominal líquida do Plano BD obtida foi de 9,77% (13,23% em 2012) contra uma expectativa atuarial de rentabilidade de 11,44% o que, em termos reais, representou obter mais 3,92%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, com um mês de defasagem na sua aplicação.

Equacionamento do Déficit

Destacamos que, em conformidade com o Plano de Equacionamento do Deficit Técnico registrado no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentado no Parecer Atuarial do Demonstrativo Atuarial - DA do exercício de 2012, em vigência no Plano BD - Benefícios Definidos, a totalidade do Déficit Técnico de R$ 30.988 existente em 31 de dezembro de 2012, deixou de existir, se revertendo, nessa mesma data, num Superávit Técnico de R$ 329.

Em 31 de dezembro de 2013, o plano registrou um Déficit Técnico ainda não equacionado, representado pela diferença entre o Valor Atual dos Benefícios Futuros e o Valor Atual das Contribuições Futuras, devidamente deduzida do Valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, de R$ 34.114, decorrente da não obtenção da meta atuarial de rentabilidade ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e das hipóteses atuariais adotadas de redução da meta atuarial 5,5% para 5,33%, conforme relatada na Demonstração Atuarial - DA, devendo o Déficit Técnico ser equacionado em conformidade com a Resolução CGPC/MPS N° 26/2008.

No Demonstrativo Atuarial - DA 2013, está apresentado o plano anual de custeio, a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da CELPOS, com os ajustes contributivos a serem realizados nas contribuições dos participantes e dos assistidos, bem como nas contribuições do Patrocinador para dar o devido equacionamento.

Celpos CD	2013	2012
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	11.188	10.320
	11.188	**10.320**
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	84.405	80.894
	84.405	**80.894**
Patrimônio de cobertura dos planos	**95.593**	**91.214**

Pela natureza do plano ser de Contribuição Definida, não há registro de superávit técnico acumulado ou déficit técnico acumulado.

12 Fundos

O Fundo da Gestão Previdencial é calculado atuarialmente pela empresa Jessé Montello Serviço Técnico em Atuária e Economia Ltda. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 6.037 (R$ 4.807 em 2012).

O Fundo da Gestão Administrativa (Fundo Administrativo) é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas

administrativas. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 6.657 (R$ 5.994 em 2012).

O Fundo dos Investimentos, denominado Reserva de Quitação por Morte - RQM é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 5.327 (R$ 4.376 em 2012).

13 Apresentação dos efeitos da consolidação

Conforme Instrução n° 34 - item 5 e 6 do Anexo A, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA.

A Instrução 34 também prevê que a Gestão assistencial seja classificada em conta separada do ativo e passivo, de forma a possibilitar a identificação e a independência do patrimônio.

14 Informações relativas às alterações nos regulamentos dos planos de benefícios

Os Regulamentos dos Planos: Benefícios Definidos - BD e Plano Misto I de Benefícios - CELPOS CD foram alterados e aprovados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC através da Portaria n° 700 de 16 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2013 e Portaria 484 de 17 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2013, respectivamente.

O Estatuto Social da Entidade foi alterado e aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC através da Portaria 485 de 17 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2013.

Os regulamentos dos Planos, bem como o Estatuto Social encontram-se disponíveis no sitio da CELPOS na Internet (www.celpos.com.br).

PARECERES

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS
Recife - PE

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS, ("CELPOS" e ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os

procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfase
Conforme mencionado na nota explicativa n° 2a às demonstrações financeiras, de acordo com a Resolução n° 12, de 19 de agosto de 2013, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) alterou a forma de apresentação das demonstrações financeiras pela substituição da demonstração das obrigações atuariais do plano de benefícios pela demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Salvador, 13 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA-017826/O-4

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC 1BA017715/O-5

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação CELPE de Seguridade Social - CELPOS, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 34, do Estatuto Social da referida Fundação, acompanharam as atividades da CELPOS no decorrer do exercício de 2013, à vista dos Balancetes e demais Demonstrações Financeiras, que lhes foram apresentados. Desta feita, considerando o exame final a que procederam no Balanço Patrimonial, levantado em 31 de dezembro de 2013, bem como nas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefícios), Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefícios), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas – DPT (por plano de benefícios) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), findo naquela data, para o que contaram com o parecer do Consultor Atuarial JESSÉ MONTELLO – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., datado de 10 de fevereiro de 2014, JM/0393/2014 (Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios – Plano Celpos CD) e da KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, datado de 13 de março de 2014, ambos sem ressalvas, opinam que os referidos documentos traduzem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Fundação, naquela data, estando em condições de serem submetidos à apreciação do Conselho Deliberativo.''

Recife, 21 de março de 2014.

Alberto Henrique de Lima Oliveira
Presidente

Edna Maria Pereira Ferreira
Membro Titular

Roberto Paes de Lima
Membro Titular

Parecer do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação CELPE de Seguridade Social - CELPOS, presentes à reunião, realizada no dia 21 de março de 2014, em cumprimento ao disposto no Artigo 20, Inciso X do Estatuto Social, após exame das Demonstrações Financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e considerando os pareceres do Consultor Atuarial JESSÉ MONTELLO – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., datado de 10 de fevereiro de 2014 (Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios – Plano Celpos CD), da KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, datado de 13 de março de 2014 e do Conselho Fiscal, datado de 21 de março de 2014, e ainda levando em consideração as informações suplementares prestadas pela Diretoria na aludida reunião, decidiram pela sua aprovação.

Recife, 21 de março de 2014.

Amauri Pereira da Silva
Presidente

Sandra Maria Albuquerque Torreão
Membro Titular

Rogério José Fragoso de Sousa
Membro Titular

Francisco Ramos F. de Andrade
Membro Titular

André Luiz dos Santos
Membro Titular

Humberto Cardim de O. Melo
Membro Titular

PARECER ATUARIAL - PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS (BD) DA CELPOS

V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela CELPOS, resultou no Custo Total Puro ("Puro" significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas) de 26,08% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (já considerada a existência da contribuição normal de 13,37% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios, bem como considerando que o custeio das despesas administrativas seja feito, à parte, de forma paritária pelos participantes/assistidos e pelo Patrocinador), conforme a abertura apresentada a seguir:

	Custo %	
TIPO DE BENEFÍCIO	**Ano Anterior**	**Ano Atual**
Aposentadorias ***1**	17,96%	22,71%
Invalidez	0,61%	0,51%
Pensão por Morte	2,27%	2,66%
Auxílio-Funeral/Mortalidade/Doença por Acidente do Trabalho	**0,20%**	**0,20%**
SUB-TOTAL (1)	**21,04%**	**26,08%**
Suplementar	-	-
SUB-TOTAL (2)	**-**	**-**
TOTAL (1)+(2)	**21,04%**	**26,08%**

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

NOTA: A cobertura das despesas administrativas está sendo feita, de forma paritária, pelos participantes e assistidos (de um lado) e pela Patrocinadora CELPE (de outro lado), através de uma sobrecarga aplicada sobre as contribuições vigentes sem sobrecarga administrativa, em conformidade com o correspondente Plano Anual de Custeio e o correspondente orçamento elaborado pela CELPOS em consonância com o Plano de Gestão Administrativa (PGA).

OBS: Na Avaliação Atuarial de 2013, a idade média dos participantes não assistidos é de 51 anos.

2) A Contribuição Normal destinada a dar cobertura ao Custo Total Puro ("Puro" significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas) 26,08% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos descrita a seguir, correspondem às que estão em vigor no encerramento do exercício de 2013 no Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais "Puras" (*1)	Em %	
Referência	**Ano Anterior**	**Ano Atual**
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	10,52%	13,04%
Contribuição Normal da Patrocinadora	10,52%	13,04%
Sub-Total	**21,04%**	**26,08%**
Contribuição Suplementar	-	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	**21,04%**	**26,08%**
Contribuições Normais dos Assistidos		
Aposentados Assistidos	11,76%	13,37%
Pensionistas Assistidos	-	-

(*1) "Puras" significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas.

NOTA: A cobertura das despesas administrativas está sendo feita, de forma paritária, pelos participantes e assistidos (de um lado) e pela Patrocinadora CELPE (de outro lado), através de uma sobrecarga aplicada sobre as contribuições vigentes sem sobrecarga administrativa, em conformidade com o correspondente Plano Anual de Custeio e o correspondente orçamento elaborado pela CELPOS em consonância com o Plano de Custeio Administrativo.

3) A Contribuição Normal Vigente, apresentada no numeral 2 anterior, de 26,08% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2013, de 26,08% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2013.

4) Além das receitas contributivas realizadas pelos Participantes, Assistidos e Patrocinadora, destinadas à cobertura do custeio administrativo, existe a seguinte outra fonte para tal custeio, em conformidade com o Programa de Gestão Administrativa (PGA).

- Em caso de necessidade, recursos acumulados existentes no Fundo Administrativo.

V.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2012 para o final do ano 2013, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

REFERÊNCIA	31/12/2012	31/12/2013	VARIAÇÃO
Provisão de Benefícios Concedidos	**589.915.860,94**	**597.876.923,53**	1,35%
Provisão de Benefícios a Conceder	**87.140.341,07**	**94.031.756,46**	7,91%
Provisão Matemática a Constituir	_	_	**0,00%**
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	**677.056.202,01**	**691.908.679,99**	2,19%

V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial, em 31/12/2013, do Plano de Benefícios Definidos (BD) vigente na CELPOS, patrocinado pela CELPE, avaliada pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 31/01/2006, a novas adesões de participantes face à entrada em vigência do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, que foi avaliada com as mesmas

hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da Taxa Real de Juros/Desconto de 5,33% ao ano no lugar da Taxa Real de Juros/Desconto de 5,5% ao ano, bem como já considerando o ajuste no Plano de Custeio realizado no ano de 2013 que, na posição de 31/12/2012, representou reverter um Déficit Técnico Acumulado de R$ (30.988.238,09) num Superávit Técnico de R$ 329.267,29, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R$ (34.113.673,79), equivalente a 5,19% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R$ 657.795.006,20.

2) Na posição de abertura do exercício de 2013, a adoção das novas taxas de contribuição dos participantes não assistidos e assistidos e da contrapartida paritária do Patrocinador, realizada em 2013, reverteu, conforme já destacado, uma situação deficitária de R$ (30.988.238,09) numa situação superavitária de R$ 329.267,29 e, na posição de encerramento do exercício de 2013, a adoção da Taxa Real de Juros/Desconto de 5,33% ao ano no lugar da Taxa Real de Juros/Desconto de 5,5% ao ano, representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R$ 11.753.913,53.

3) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina), a mesma utilizada no "D.A." de 31/12/2012.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina), a mesma utilizada no "D.A." de 31/12/2012.

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (FRACA), a mesma utilizada no "D.A." de 31/12/2012.

iv) Rotatividade: Considerada Nula.

v) Taxa real de juros/desconto: Adotado 5,33% ao ano, ao invés dos 5,5% ao ano adotado no "D.A." de 31/12/2012.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: Entre 1% e 2% ao ano.

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.

viii) Em relação à composição familiar, foi adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e foi adotada a Experiência Regional de Composição de Família correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos, atualizada em 2011 (estando prevista pra 2014 a revisão dessa Experiência Regional).

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,5% (compatível com uma inflação anual média de 4,50% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

4) Na avaliação atuarial do exercício de 2013, correspondente ao Déficit Técnico Acumulado de R$ (34.113.673,79), tomou-se por base os Percentuais de aumento das Contribuições Normais Puras (ou seja, sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritárias, estabelecidas no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, apresentada na Tabela do item "V.6." do Parecer Atuarial (item V) do "D.A." de 31/12/2012 (Anexo 1 ao JM/0556/2013 de 26/02/2013), ou sejam:

Período	Percentuais de aumento, a ser estabelecido no Plano de Custeio de 2013, para as Contribuições Normais Paritárias (*1)
Janeiro 2013 a Março 2013	**+ 68,84%**
Abril 2013 a Março 2014	**+ 86,83%**
Abril 2014 a Março 2015	**+ 102,14%**
Abril 2015 a Março 2016	**+ 131,26%**
Abril 2016 a Março 2017	**+ 164,58%**
Abril 2017 a Março 2018	**+ 202,70%**
Abril 2018 a Março 2019	**+ 246,32%**
Abril 2019 em diante	**+ 333,65%**

(*1) Aplicável sobre os Percentuais Contributivos Normais "Puros" (ou seja, sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritários, estabelecidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS.

OBS.: Como, o que será destinado à cobertura das despesas administrativas não sofre os aumentos apresentados no quadro anterior, o cálculo do percentual correspondente à sobrecarga administrativa, **"P%"**, será feito aplicando-se a seguinte formulação:

$$P\% = \frac{\left[\left(\frac{1}{0{,}85} - 1\right) \div \left(1 + \frac{\%\ \text{de aumento}}{100}\right)\right]}{1 + \left[\left(\frac{1}{0{,}85} - 1\right) \div \left(1 + \frac{\%\ \text{de aumento}}{100}\right)\right]} \cdot 100\%$$

NOTA: A Tabela de Contribuição Normal "Pura" Referencial, ou seja, a Tabela sobre a qual se aplica o Percentual de aumento para se estabelecer as Contribuições Normais do Período (e que se encontra no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS) é a seguinte (tanto para os Participantes/Assistidos, quanto para a Patrocinadora):

Idade na data da última inscrição no PLANO BD (*2)	Percentual de Contribuição "Pura" incidente sobre as parcelas do Salário Real de Contribuição (*1)			
	Parcela 1 (*3)	Parcela 2 (*4)	Parcela 3 (*5)	Parcela 4 (*6)
até 19 anos	1,81%	3,62%	8,16%	12,00%
de 20 a 24 anos	1,96%	3,77%	8,62%	13,20%
de 25 a 29 anos	2,09%	3,90%	9,07%	14,40%
de 30 a 34 anos	2,22%	4,03%	9,53%	15,60%
de 35 a 39 anos	2,35%	4,18%	9,97%	16,80%
de 40 a 44 anos	2,54%	4,36%	10,43%	18,00%
de 45 anos em diante	2,72%	4,54%	10,88%	19,20%

(*1) Para os Assistidos, o Salário Real de Contribuição é o valor do Benefício de Aposentadoria e de Pensão por Morte.
(*2) Para o Participante Fundador é a idade na data da última admissão como empregado do Patrocinador.
(*3) É a Parcela do Salário Real de Contribuição não excedente a 50% do Maior Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.
(*4) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 50% e 100% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.
(*5) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 100% e 300% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.
(*6) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 300% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar e 100% do Maior Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

OBS.: Os Percentuais de Contribuição Normal "Pura" Referencial, constantes do quadro anterior, em relação aos que não recebem Gratificações Especiais, devem ser multiplicados por 1,125.

5) Considerando que, conforme destacado no numeral 2 deste item V.3., com a adoção dos aumentos contributivos, já estabelecidos no Plano de Custeio de 2013, para as Contribuições Normais "Puras" Paritárias apresentados no numeral 4 anterior, o Déficit Técnico Acumulado, existente no encerramento do exercício de 2012, de R$ (30.988.238,09) se reverteu, tomando por base a data de 31/12/2012, num Superávit Técnico Acumulado de R$ 329.267,29, podemos dizer que, em realidade, deixou de existir, ao final de 2012, Déficit Técnico Acumulado por equacionar, sendo que, o Déficit Técnico apurado em 31/12/2013, de R$ (34.113.673,79), deverá ser objeto de cobertura por ajuste nas Contribuições Normais Paritárias que vigorarão a partir de abril de 2014.

6) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela CELPOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano de Benefícios Definidos (BD), ao longo de 2013, foi de 9,77% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,44% o que, em termos reais, representou obter mais 3,92%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,5% ao ano, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, fato que representou uma perda, classificado como conjuntural, de R$ 10.444.307,19.

NOTA: Caso, em 31/12/2013, todos os títulos de renda fixa estiverem registrados a preço de mercado o valor contabilizado como Patrimônio de Cobertura do Plano seria de R$ 661.564.924,00.

7) Este Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS possui em carteira papéis que levará até o vencimento com taxas atualizadas à inflação mais juros reais, cujo registro contábil, nos termos do artigo 3º da Resolução CGPC Nº 04/2002 está sendo feito pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos conforme taxa pactuada. A capacidade financeira relativa à adoção desse Procedimento de registro de títulos classificados "até o vencimento" pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil, traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e de despesas projetados, atuarial e financeiramente para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

8) Se registrava, em 31/12/2013, um saldo devedor de R$ 137.286.683,24 do patrocinador

para com esse Plano de Benefícios Definidos, a ser amortizado em 120 meses a contar de janeiro de 2014 pelo Sistema SAC com juros reais não inferiores a 6% ao ano e atualização monetária mensal pelo INPC do IBGE aplicado com 1 (um) mês de defasagem.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, bem como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. desta D.A., o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de auxílio-doença, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela CELPOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013, refletida nesta D.A..

V.5.- Variação do Resultado Deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

• Déficit Técnico Atuarial registrado ao final do exercício de 2012, atualizado para 31/12/2013 pela meta atuarial da rentabilidade ..... R$ (34.517.798,41) (*1)

• Reversão em 01/01/2013 do Déficit Técnico Atuarial registrado ao final do exercício de 2012, atualizado para 31/12/2013 pela meta atuarial de rentabilidade..... R$ 34.884.569,24 (*2)

• Repercussão de ter sido obtida ao longo de 2013 uma rentabilidade líquida inferior à meta atuarial de rentabilidade..... R$ (10.444.307,19) (*3)

• Repercussão da adoção da Taxa Real de Juros/Desconto de 5,33% ao ano ..... R$ (11.753.913,53)

• Outros Resultados Líquidos de Origens Diversas e Pulverizadas .....R$ (12.282.223,90) (*4)

• Déficit Técnico Atuarial registrado ao final do exercício de 2013 ..... R$ (34.113.673,79)

(*1) R$ (30.988.238,09) × 1,1139 = R$ (34.517.798,41)
(*2) [R$ 329.267,29 - R$ (30.988.238,09)] × 1,1139 = R$ 34.884.569,24
(*3) R$ 657.795.006,20 - R$ 668.239.313,39 = R$ (10.444.307,19)
(*4) R$ (34.113.673,79) - [R$ (34.517.798,41) + R$ 34.884.569,24 + R$ (10.444.307,19) + R$ (11.753.913,53)] =R$ (12.282.223,90), equivale a 1,78% do total das Provisões Matemáticas de R$ 691.908.679,99 (posição de 31/12/2013)

V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

A proposta de nossa Consultoria Atuarial é a de que o Déficit Técnico Acumulado, existente em 31/12/2013, de R$ (34.113.673,79), independente de sua natureza ser conjuntural ou estrutural, seja coberto por aumentos nos percentuais contributivos a serem realizados a partir do mês de abril de 2014, já que tão somente até março de 2013 não haverá aumentos nesses percentuais. Tais percentuais de aumento, a serem estabelecidos no Plano de Custeio do ano de 2014, para as Contribuições Normais Paritárias, passam a ser os seguintes (em substituição ao já estabelecido no Plano de Custeio de 2013), apresentados no numeral 4 do item V.3. destas Demonstrações Atuariais (D.A.), ou sejam:

Período	Percentuais de aumento, a ser estabelecido no Plano de Custeio de 2014, para as Contribuições Normais Paritárias (*1)
Janeiro 2014 a Março 2014	+86,83% (*2)
Abril 2014 a Março 2015	+112,32% (*3)
Abril 2015 a Março 2016	+148,95% (*3)
Abril 2016 a Março 2017	+191,91% (*3)
Abril 2017 a Março 2018	+242,27% (*3)
Abril 2018 a Março 2019	+301,34% (*3)
Abril 2019 em diante	+415,04% (*3)

(*1) Aplicável sobre os Percentuais Contributivos Normais "Puros" (ou seja, sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritários, estabelecidos no Anexo 2 do Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS.
(*2) Percentual de Aumento já vigente em 31/12/2013.
(*3) Percentual de Aumento a vigorar, após sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da CELPOS, a partir de abril de 2014.

OBS.: Como, o que será destinado à cobertura das despesas administrativas não sofre os aumentos apresentados no quadro anterior, o cálculo do percentual correspondente à sobrecarga administrativa, "P%", será feito aplicando-se a seguinte formulação:

$$P\% = \frac{\left[\left(\frac{1}{0{,}85} - 1\right) \div \left(1 + \frac{\%\ \text{de aumento}}{100}\right)\right]}{1 + \left[\left(\frac{1}{0{,}85} - 1\right) \div \left(1 + \frac{\%\ \text{de aumento}}{100}\right)\right]} \cdot 100\%$$

V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado está sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte e dos Auxílios Reclusão e Doença por Acidente do Trabalho, permanecendo os seguintes Benefícios de Pequeno Porte, Auxílio Natalidade e Auxílio Funeral, sendo avaliados pelo Regime de Repartição Simples.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2014

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

PARECER ATUARIAL - PLANO MISTO I DE BENEFÍCIOS DA CELPOS

V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

5) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano Misto Ide Benefícios da CELPOS, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela CELPOS, resultou no custo total de 12,52%,conforme abaixo descrito:

	CUSTO (%)	
TIPO DE BENEFÍCIO	**Ano Anterior**	**Ano Atual**
APOSENTADORIAS	9,90%	9,36%
PECÚLIO POR MORTE / INVALIDEZ **(*1)**	1,36%	1,28%
SUB-TOTAL (1)	**11,26%**	**10,64%**
SUPLEMENTAR	-%	-%
CUSTO ADMINISTRATIVO **(*1)**	1,99%	1,88%
SUB-TOTAL (2)	**1,99%**	**1,88%**
TOTAL (1)+(2)	**13,25%**	**12,52%**

***1:**Custos calculados considerando que todos os participantes não assistidos estejam contribuindo com os percentuais máximos de 2%/9% a título de Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório).

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2013, a idade média dos participantes ativos é de 37 anos.

6) O custo total reavaliado de 12,52% será custeado, no exercício de 2014, pelas contribuições apresentadas no numeral 4 do item V.3., em conformidade com o Regulamento do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, de responsabilidade dos participantes e do Patrocinador, na forma apresentada a seguir:

Contribuições Normais	Em%	
Referência	**Ano Anterior**	**Ano Atual**
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)(*1)	4,95%	4,68%
Contribuição Normal da Patrocinadora (*2)	8,30%	7,84%
Sub-Total	**13,25%**	**12,52%**
Contribuição Suplementar	-%	-%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	**13,25%**	**12,52%**
Contribuições Normais dos Assistidos		
Aposentados Assistidos	-%	-%
Pensionistas Assistidos	-%	-%

***1**: Considerando como se todos os participantes não assistidos estejam contribuindo com os percentuais máximos de 2%/9% a título de Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório).
*2:Inclui a contribuição destinada ao custeio administrativo, ao custeio dos Benefícios de Risco e ao Custeio Paritário dos Benefícios Programados.

NOTA: No numeral 4 do item V.3. encontra-se o Plano de Custeio vigente, que continuará em vigor em 2014.

7) Além das receitas contributivas realizadas pelo Patrocinador pelos Assistidos e pelos Participantes enquadrados em Benefício Proporcional Diferido (BPD) para cobertura do custeio administrativo, existem as seguintes outras fontes para tal custeio, em conformidade com o Programa de Gestão Administrativa (PGA):

- Se necessário, parcela do retorno dos investimentos; e
- Se necessário, recursos acumulados existentes no Fundo Administrativo.

V.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

2) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2012 para o final do ano 2013, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

REFERÊNCIA	31/12/2012	31/12/2013	VARIAÇÃO
Provisão de Benefícios Concedidos	**R$ 10.319.432,20**	**R$ 11.187.611,51**	8,41%
Provisão de Benefícios a Conceder	**R$ 80.894.332,54 (*1)**	**R$ 84.405.423,21(*1)**	4,34%
Provisão Matemática a Constituir	_	_	**-%**
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	**R$ 91.213.764,74**	**R$ 95.593.034,72**	4,80%

***1**:Em 31/12/2010, se excluiu da Provisão de Benefícios a Conceder o valor de R$ 1.902.668,26 correspondente à Provisão Matemática Coletiva de Benefícios de Risco a Conceder, já que, desde o Plano de Contas vigente em 31/12/2011, esse valor passou a ser registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco a Conceder (fora do âmbito das Provisões Matemáticas).

V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

9) Pela natureza do Plano ser de Contribuição Definida, não há registro de Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.

10) Em relação ao Benefício de Risco por Morte do Participante Ativo, o custo do mesmo foi avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os "qx da Tábua de Mortalidade Geral AT-49 (masculina)", que se mostra suficiente, conforme demonstra a evolução do Saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefício de Risco (a Conceder), que, em 31/12/2013, alcançou o valor de R$ 5.231.909,79 comparativamente aos R$ 4.257.854,50 registrados em 31/12/2012.

11) Em se tratando do Benefício de Risco por Entrada em Invalidez Total e Permanente, o custo do mesmo foi avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os "ix da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA)", que se mostra suficientemente adequada, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder), de R$ 4.257.854,50, registrado em 31/12/2012, para R$ 5.231.909,79 registrado em 31/12/2013.

12) O Plano de Custeio Vigente destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, que continuará em vigor em 2014, é basicamente o seguinte:

i) Contribuição Normal Básica Mensaldo Participante Ativo:
De caráter obrigatório, corresponde a:

- R% de2% da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente ao valor correspondente a 10 (dez) Unidades de Referência da CELPOS (UR)(*1); e
- R% de9% da parcela do Salário Real de Contribuição excedente ao valor correspondente a 10 Unidades de Referência da CELPOS (UR)(*1), sendo R% um percentual definido no §3° do Art. 35 do Regulamento do Plano.

(*1):UR é a Unidade Referência CELPOS, cujo valor é igual a R$ 320,34 (a preços de dezembro de 2013).

A totalidade de Contribuição Normal Básica Mensal do Participante Ativo é destinada à cobertura dos Benefícios Programados do Plano.

ii) **Contribuição Normal Facultativa do Participante Ativo:** corresponde à contribuição mensal ou esporádica, de caráter voluntário, feita com o objetivo de aumentar a cobertura relativa aos benefícios programados deste Plano Misto I de Benefícios da CELPOS.

iii) **Contribuição Normal Mensal do Patrocinador para cobertura dos Benefícios Programados:** corresponde a um valor igual a 100% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Normal e igual a 127,39% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Especial.

iv) **Contribuição Mensal para Benefícios de Risco do Patrocinador:** corresponde a um valor igual a27,39% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Normal e a 0,00% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Especial.

v) **Contribuição Mensal para Despesas Administrativas do Patrocinador:** corresponde a um valor igual a 40,13% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo (Normal ou Especial).

vi) **<u>Contribuição Mensal para Despesas Administrativas dos Assistidos:</u>** 1,0% do valor da renda de pagamento continuado recebida do Plano (conforme aprovado pela Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da CELPOS realizada em 29 de janeiro de 2014)

vii) **<u>Contribuição Mensal para Despesas Administrativas dos Participantes enquadrados no Benefício Proporcional Diferido (BPD):</u>** na forma de percentual do valor, existente a cada mês, no respectivo Saldo de Contas (Parcela Participante e Parcela Patrocinador).

13) A rentabilidade repassada às contas desse Plano se dá com base na variação do valor das cotas, conforme estabelecido no artigo 39 do Regulamento de Benefícios do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, tendo sido, tal variação, em 2013, de 3,42%.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

1) Os dados cadastrais que nos foram enviados pela CELPOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013, refletida nesta D.A..

V.5.- Variação do Resultado Superavitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Pela natureza do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial.

V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Pela natureza do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado.

V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Entrada em Invalidez Total e Permanente, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos demais benefícios, por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida, estão sendo adequadamente financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2014

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

Administração e Fiscalização

Patrocinadores

Companhia Energética de Pernambuco Celpe
Fundação Celpe de Seguridade Social Celpos

Conselho Deliberativo

Titulares

Amauri Pereira da Silva
Sandra Maria Albuquerque Torreão
Rogério José Fragoso de Sousa
José Carlos Medeiros Leite
Francisco Ramos Freire de Andrade
André Luiz dos Santos
Humberto Cardim de Oliveira Melo

Suplentes

Alexandre Emmanuel de Araújo Paschoal
Tânia Tavares de Melo Barros Lima
Alessandro Henrique de Oliveira Cabral
Bruno Cavalcanti Coelho
Almir Adnilton Duarte Perciliano
Deyse Lúcia de Carvalho Leal
Fábio Henrique Cavalcanti de Azevedo

Conselho Fiscal

Titulares

Alberto Henrique de Lima Oliveira
Edna Maria Pereira Ferreira
Roberto Paes de Lima

Suplentes

Cristiane Mª Lott Oliveira
Patrícia Maria Santana Fidelis dos Santos
Silvano Morais da Silva

Contadora
Jeniffer de Melo Borges

Ficha Técnica

Fundação Celpe de Seguridade Social – Celpos
Setor responsável: Assessoria de Comunicação – ASCOM
Coordenação: Rakel Azevedo
Produção: Caroline Araújo